

Algoritmos racistas no banco de imagens do Google: um estudo discursivo de plataforma

Racist algorithms in Google Image Search: a critical platform discourse analysis

Sanny Kellen Anjos Cavalcante Canuto  

sanny.canuto@unemat.br

Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, Brasil

Bárbara Cristina Gallardo  

barbarag@unemat.br

Universidade do Estado de Mato Grosso, Cáceres, MT, Brasil

Resumo

Os debates em torno de temas étnico-raciais têm ganhado cada vez mais força na sociedade contemporânea, ao problematizarem e combaterem comportamentos enraizados na lógica da colonialidade. Esse movimento se deve, sobretudo, à atuação dos coletivos e movimentos negros antirracistas, que se desenvolvem cotidianamente nos espaços online e offline. Nesse contexto, este trabalho busca refletir e questionar as práticas algorítmicas do Google Imagens que perpetuam o discurso racista antinegro. Para isso, recorremos aos postulados interdisciplinares da Linguística Aplicada, que permitem o diálogo com teorias de outras áreas do conhecimento, como os Estudos de Plataforma (D'Andréa, 2020) e o conceito de Antinegritude (Vargas, 2020). Em termos metodológicos, trata-se de um estudo qualitativo de caráter exploratório, fundamentado no método de estudo de caso, tendo como objeto o banco de imagens do Google, dada sua acessibilidade e ampla utilização por pessoas de diferentes faixas etárias. As buscas foram organizadas em duas categorias — estética e econômica — a partir de comandos comparativos e individuais, como “pessoas bem-sucedidas x pessoas pobres”, “mulheres lindas” e “mulher com o cabelo bonito”. Os resultados demonstram que os discursos visibilizados por meio dessas buscas ajudam a perpetuar estereótipos racistas, na medida em que os algoritmos não são neutros, permitindo que práticas sociais nocivas, outrora restritas ao ambiente analógico, sejam facilmente transpostas e amplificadas nos espaços digitais pelo alcance da internet.

Palavras-chave

Discursos Racistas. Google Imagens. Algoritmos. Antinegritude.

Abstract

Debates around ethno-racial issues have gained increasing momentum in contemporary society, as they problematize and challenge behaviors rooted in colonial logics. This is largely due to the efforts of anti-racist Black movements that operate daily in both online and offline spaces. In this context, the present study aims to reflect on and interrogate the algorithmic practices of Google Image Search that perpet-

Linguagem em Foco

Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 17/05/2025

Aprovação do trabalho: 12/11/2025

Publicação do trabalho: 09/12/2025



10.46230/lef.v17i3.15583

COMO CITAR

SOUZA, Sanny Kellen Anjos de; GALLARDO, Bárbara Cristina. Algoritmos racistas no banco de imagens do Google: um estudo discursivo de plataforma. **Revista Linguagem em Foco**, v.17, n.3, 2025. p. 245-267. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/15583>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

uate anti-Black racist discourse. To that end, we draw on the interdisciplinary principles of Applied Linguistics, which enable dialogue with theories from other fields, such as Platform Studies (D'Andréa, 2020) and the concept of Antiracism (Vargas, 2020). Methodologically, this is a qualitative, exploratory case study focused on Google's image bank, given its accessibility and widespread use across different age groups. The searches were divided into two categories — aesthetic and economic — based on comparative and individual search commands such as “successful people vs. poor people,” “beautiful women,” and “woman with beautiful hair.” The results indicate that the discourses revealed through these searches contribute to the perpetuation of racist stereotypes, as algorithms are not neutral. Rather, they enable the reproduction of harmful social practices that were once confined to analog environments, now amplified in digital spaces through the internet's wide reach.

Keywords

Racist Discourse. Google Image Search. Algorithms. Antiracism.

Papo Reto

Ser um branco antirracista não é nobre. É necessário. E tardio. (S.K.)

A influência das tecnologias sobre a vida humana, no passado, presente e futuro, integra um conjunto de fenômenos que emergiram com a intensa inserção de artefatos tecnológicos e informacionais no cotidiano social. Desde o advento da chamada Web 2.0 (Barton; Lee, 2015), nossas ações passaram a ser moldadas por esses mecanismos que, por conveniência ou escolha, tendemos a enxergar como facilitadores de nossas rotinas. Contudo, o debate acerca dos possíveis efeitos nocivos dessas tecnologias tem se tornado cada vez mais pertinente nas discussões contemporâneas.

Smartphones, computadores, máquinas inteligentes, *softwares* e uma infinidade de outros dispositivos são utilizados diariamente, atendendo aos mais diversos propósitos. Nesse contexto informacional, as práticas sociais foram profundamente reconfiguradas, estendendo-se para as plataformas *online* e provocando mudanças significativas na forma como interagimos, consumimos, trabalhamos e produzimos sentidos sobre o mundo e sobre nós mesmos.

Essa transformação, contudo, não é apenas técnica, é discursiva e ideológica. As plataformas digitais, especialmente as que operam por meio de algoritmos de busca, recomendação e categorização, produzem e reproduzem cosmovisões que afetam diretamente a constituição de identidades, a circulação de saberes e as dinâmicas de poder. Em outras palavras, não são apenas os sujeitos que falam por meio das tecnologias; são as tecnologias que também “falam” sobre os sujeitos, reinscrevendo sentidos, valores e hierarquias sociais. É nesse ponto que o debate sobre racismo algorítmico ganha centralidade.

Nessa esteira, este artigo propõe examinar, à luz dos estudos críticos do

discurso e dos estudos de plataforma, como as representações raciais produzidas pelo *Google Imagens* participam de um processo mais amplo de necroalgoritmização (Araújo, 2025), compreendido como o gerenciamento simbólico da vida e da morte social de sujeitos e grupos minorizados¹ nas dinâmicas algorítmicas contemporâneas. Inspirando-se em Fairclough (2001), Araújo (2025) propõe o triângulo discursivo da textualidade algorítmica, modelo analítico que entende o algoritmo como texto, dotado de ideologia, performatividade e intencionalidade simbólica. Nessa perspectiva, o algoritmo deixa de ser uma entidade puramente técnica e passa a ser interpretado como uma instância de produção de sentidos, ou seja, uma textualidade invisível que age sobre o mundo e o reescreve a partir de relações de poder.

Assim, a abordagem aqui adotada parte do princípio de que não há neutralidade algorítmica, mas operações discursivas que produzem e reproduzem desigualdades. O que se vê nos resultados de busca, quem aparece, como aparece e quem é silenciado, reflete disputas históricas de poder inscritas nos próprios sistemas de dados. Essa leitura se ancora na Análise Crítica do Discurso (Fairclough, 2001) e nas contribuições de Mbembe (2018) e Vargas (2020), que compreendem o racismo como estrutura e a antinegritude como regime ontológico de exclusão. A articulação entre essas perspectivas permite entender a necroalgoritmização não apenas como um problema técnico ou estatístico, mas como uma forma discursiva de necropolítica digital, dito de outro modo, trata-se de um regime de poder que decide quem é visto, nomeado e reconhecido como ser humano passível de normalidade.

O objetivo do estudo é, portanto, analisar como o *Google Imagens* constrói discursivamente representações racializadas nas categorias estéticas (“mulheres lindas”, “cabelo bonito”) e econômicas (“pessoas pobres”, “pessoas bem-sucedidas”), evidenciando como o discurso algorítmico se associa a práticas sociais de exclusão e invisibilização. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em capturas de tela de resultados de busca coletadas entre janeiro e fevereiro de 2025, articulando teoria crítica, estudos de plataforma e o

1 O termo *minorizados* é utilizado em consonância com as perspectivas críticas da Linguística Aplicada brasileira (Rojo, 2006; Moita Lopes, 2006; Araújo, 2025), nas quais a minorização é compreendida como um processo discursivo de produção da diferença, que torna certos sujeitos socialmente “menores” por meio de práticas de linguagem e poder. Tal escolha reflete o alinhamento teórico deste trabalho à Análise Crítica do Discurso e à Análise Crítica Tecnocultural do Discurso, distanciando-se de leituras de base deleuziana associadas ao termo minoritarizados.

modelo discursivo proposto por Araújo (2025).

Mais do que identificar vieses, busca-se compreender como os algoritmos escrevem o mundo ou como transformam dados em discursos, discursos em práticas e práticas em estruturas que reafirmam desigualdades raciais. Em um tempo em que a vida social é atravessada por mediações automatizadas, analisar a textualidade algorítmica torna-se também uma forma de resistência epistêmica e política em uma tentativa de reinscrever a humanidade onde o código tenta apagá-la.

1 Estudo de Plataforma e o Google Imagens

Em pesquisas acadêmicas publicadas a partir dos anos 2000, discussões sobre a internet e outras tecnologias eram frequentemente iniciadas por expressões como “a internet vem ganhando espaço...” ou “com o advento da internet...”. Contudo, tais fenômenos deixaram de ser encarados como novidades e passaram a ser compreendidos como elementos constitutivos da vida humana. Atualmente, a dependência tecnológica é tão significativa que dificilmente se realiza algo sem o auxílio dessas ferramentas.

Nesse contexto, as chamadas Plataformas *Online*, como conceituado por D'Andréa (2020), desempenham um papel central nas práticas humanas. Elas se consolidaram como espaços indispensáveis para a resolução dinâmica de demandas, alinhando-se a um ritmo de vida marcado pela urgência em realizar o maior número de atividades no menor tempo possível. Segundo esse estudioso, essas plataformas “não apenas reconfiguram os fluxos de informações, mas também atuam como infraestruturas essenciais para as interações sociais e econômicas da contemporaneidade” (D'Andréa, 2020, p. 7).

A partir delas, tarefas como pagar contas, transferir dinheiro, buscar informações, comunicar-se instantaneamente ou adquirir produtos e serviços tornam-se cada vez mais rápidas e práticas. Essa realidade transforma a tecnologia em algo indispensável, tornando quase inimaginável uma rotina dissociada de sua presença. Consequentemente, sua onipresença frequentemente passa despercebida, naturalizada como parte inerente das práticas sociais modernas, mas que merece uma reflexão aprofundada para compreender suas implicações mais amplas.

Nesse sentido, a facilidade de acesso às tecnologias tem desencadeado uma série de questões que vêm se consolidando como objeto de interesse nas pesquisas acadêmicas, sobretudo por envolverem práticas sociais profundamen-

te humanas, ainda que atravessadas por mediações digitais. Nesta investigação, centramos a análise na ferramenta *Google Imagens*, integrada à plataforma do *Google*, com o propósito de examinar um dos aspectos mais críticos desse cenário: de que modo o racismo algorítmico se manifesta nas imagens retornadas pelo sistema de busca, a partir de comandos específicos.

Nos últimos anos, os debates sobre algoritmos têm ganhado crescente visibilidade, sobretudo no campo das ciências humanas e sociais. Embora classicamente definidos como uma sequência de instruções computacionais (Knuth, 1968; Teixeira, 2019), os algoritmos passaram a ser compreendidos também como práticas discursivas, que organizam dados, classificam comportamentos e participam da construção de significados sociais. Nessa perspectiva, Araújo (2025) propõe compreendê-los como práticas socioalgorítmicas, ou seja, instâncias discursivas em que texto, código e poder se entrelaçam na produção de sentidos.

Nessa perspectiva, o algoritmo não é apenas um instrumento técnico, mas um texto operacionalizado, que traduz cosmovisões, valores e hierarquias em código. Na esteira desse entendimento, Osoba e Welser IV (2017, p. 5) citados nos estudos contemporâneos de Tarcísio Silva (2020) sobre racismo algorítmico, definem esse elemento “como uma sequência finita de instruções precisas que são implementáveis em sistemas de computação”. Ainda que tenha advindo como ferramenta das ciências exatas e, posteriormente, à Ciência da Computação, as discussões acerca dos algoritmos têm se mostrado cada vez mais interdisciplinares, principalmente por regerem conjuntos de regras de programação que não são mais utilizadas apenas em operações numéricas dentro de uma perspectiva matemática, mas também servindo como base que designa comportamentos sociais e que podem influenciar práticas humanas. A esse respeito, Silva (2020, p. 123) afirma que “na era computacional digital, em sistemas de *big data*², a lógica algorítmica foi expandida para processos de inteligência artificial estreita, presente nos sistemas informacionais do cotidiano”. Nesse sentido:

[...] um algoritmo é muitas vezes definido como uma sequência de instruções de programação escrita para cumprir tarefas pré-determinadas,

2 *Big Data* refere-se a um conjunto de tecnologias, processos e práticas destinadas a coletar, armazenar, processar e analisar grandes volumes de dados, que podem ser estruturados, semiestruturados ou não estruturados. Esses dados são gerados em alta velocidade, apresentam grande variedade e exigem métodos avançados para extração de informações úteis e insights. As principais características do Big Data são comumente descritas pelas três (ou mais) dimensões conhecidas como os “3 Vs”: volume, variedade e velocidade. (Mayer-Schönberger; Cukier, K. (2013).

ou seja, para transformar dados em resultados. Ainda que restritiva, essa definição já sinaliza que os conjuntos de dados produzidos e armazenados pelas plataformas online dependem de rotinas computacionais pensadas para produzir relações entre eles. Sendo assim, datificação e mediações algorítmicas são fenômenos interdependentes (D'Andréa, 2020, p. 31).

Com base nessas informações, torna-se mais inteligível o porquê de nossas redes sociais, por exemplo, parecerem ser feitas sob medida para nós. Pois os algoritmos leem nossas preferências de acordo com o que consumimos e entregam aquilo que sabem que são de nosso interesse, fazendo uma “uma leitura interessada de uma realidade empírica e ‘datificada’” (Rieder, 2018, p. 127). Como observa Silva (2020, p. 123), os sistemas algorítmicos participam cada vez mais das decisões que nos afetam, pois incorporam padrões humanos de julgamento e preferências, reproduzindo e às vezes amplificando, desigualdades sociais e raciais. Para Van Dijck (2017), a datificação é um meio legítimo que pode acessar, entender e monitorar o comportamento das pessoas, e que se analisarmos de forma mais abrangente, é possível perceber que ela se baseia em “reivindicações ontológicas e epistemológicas problemáticas.” (Van Dijck, 2017, p. 41).

Uma das práticas sociais mais populares nos últimos anos é expor pensamentos e preferências em espaços digitais, como se abrissemos nossos diários para que o mundo pudesse lê-lo. Diante dessa realidade, grandes corporações como as *Big Five*, podem “coletar informações que não podiam antes, seja sobre os relacionamentos revelados por chamadas telefônicas ou sentimentos mostrados em *tweets*” (Mayer-Schoenberger; Cukier, 2013, p. 30 *apud* Van Dijck, 2017, p. 41).

Ao longo da década de 2010, as chamadas *Big Five* — *Alphabet-Google*, *Amazon*, *Apple*, *Facebook* e *Microsoft* — consolidaram-se como serviços indispensáveis, exercendo um papel central em diversas atividades cotidianas e em processos estratégicos. Essa posição dominante tem gerado preocupações cada vez maiores entre governos, empresas e a sociedade civil, especialmente no que se refere à influência nos processos eleitorais, à exploração irrestrita de dados pessoais para fins comerciais e ao uso de algoritmos e bases de dados que reforçam preconceitos e desigualdades. Tais questões evidenciam os desafios que essas corporações impõem no cenário contemporâneo (D'Andréa, 2020).

Ao relacionarmos essas ideias ao mecanismo de busca do *Google Images*, podemos considerar que, de maneira análoga, o motor de busca atua como uma plataforma digital que organiza e apresenta informações visuais de acordo com algoritmos e critérios de relevância. Assim como as plataformas mencio-

nadas no texto moldam discussões, o *Google Imagens* molda o acesso e a percepção visual de informações na internet. O mecanismo de busca constitui uma ambiência discursiva, onde o visual e o social se entrecruzam. As dinâmicas de visibilidade e invisibilidade que nele se operam não se limitam ao espaço digital, mas reverberam nas formas de ver e reconhecer o mundo fora das telas.

Nesse contexto, o *Google Imagens* (um dos serviços disponíveis na plataforma), foi lançado em 2001 por uma necessidade imposta. Segundo Fernandes (2020), durante o Grammy no ano 2000, Jennifer Lopez surgiu com um icônico vestido Versace que chamou a atenção por deixar o corpo da cantora bastante visível e ter uma cor verde vibrante. A partir dessa aparição, os fãs da artista passaram a buscar pelas fotos no *Google*. No entanto, as buscas eram direcionadas apenas a *links* contendo textos escritos sobre a noite do evento, e não mostravam imagens sobre Jennifer Lopez e seu cobiçado vestido, uma vez que não havia uma seção dedicada apenas a imagens. A partir disso, o então CEO³ do *Google*, Eric Schmidt, revelou que a busca pelo vestido alcançou o topo das pesquisas na noite da premiação e permaneceu no dia seguinte. Diante desses dados que apontavam uma grande demanda em torno da questão, os engenheiros da empresa trabalharam para desenvolver o mecanismo de busca por imagens como conhecemos hoje.

Atualmente é possível filtrar informações por cor, tipo de figura, ano e até fazer uma pesquisa reversa, sendo possível realizar uma busca utilizando apenas uma imagem como modelo para encontrar similaridades. Esse serviço não se dá, necessariamente, por meio da interação entre interlocutores, mas sim na utilização de um recurso discursivo semiótico, ou seja, na busca por determinadas imagens oferecidas por meio de seleção algorítmica e moderação humana.

Diante disso, partir da perspectiva dos Estudos de Plataforma (Van Dijck; D'Andréa, 2020), compreende-se que as práticas digitais são também práticas discursivas. Essa visão dialoga com a ADC (Fairclough, 2001) e com o triângulo discursivo proposto por Araújo (2025), ao considerar que os algoritmos não apenas processam dados, mas produzem e reproduzem sentidos sociais. O *Google Imagens*, nesse contexto, é entendido como uma materialidade discursiva que performa cosmovisões racializadas sobre beleza, sucesso e humanidade.

3 CEO é a sigla em inglês para *Chief Executive Officer*, cargo que corresponde ao de diretor executivo ou diretor-geral, responsável pela liderança estratégica e pela tomada de decisões em uma organização (Chiavenato, 2004).

2 “O normal não é ser branco” - reflexões sobre a antinegritude

Esta seção discute os efeitos discursivos da antinegritude no contexto digital, tomando como ponto de partida representações visuais geradas pelo *Google Imagens*. A partir de buscas que evidenciam o modo como a branquitude se naturaliza como norma e a negritude se torna marca da diferença, propomos refletir sobre os mecanismos algorítmicos que reproduzem e reforçam hierarquias raciais, estéticas e ontológicas.

Ao fazer uma busca por imagens no *Google* com os seguintes comandos “cabelo feio” e “cabelo duro”, é possível verificar que as primeiras páginas trazem pessoas negras com cabelos afro e cacheados ou pessoas brancas com cabelos crespos e armados. Muitas imagens são de mulheres negras que criam encartes para seus vídeos no *YouTube*, a fim de redirecionarem para perfis e *sites* de beleza, onde ensinam como cuidar dos fios crespos e cacheados. A questão é que essas imagens, ainda que sejam de pessoas públicas, são reconhecidas como indicativo de inferioridade à estética capilar.

No ano de 2023, no artigo intitulado “O que o *Google* mostra quando você pesquisa por cabelo feio?” disponível no site “Dicas de Mulher”, a pesquisadora Isabella Marques (2023), mostrou que esses mesmos comandos, quando digitados no *Google*, redimensionavam a matérias estéticas que apontavam os cabelos de pessoas negras como algo que deveria ser mudado, enxergados como duros e feios, legitimando a ideia eugênica de que apenas fios lisos poderiam ser considerados belos, ou seja, os cabelos de pessoas brancas eram os únicos passíveis de aceitação e admiração. Nesse mesmo artigo, a pesquisadora aponta que muitas mulheres negras encontram suas fotos nessas buscas, causando grande constrangimento e resultando em ações jurídicas contra a plataforma.

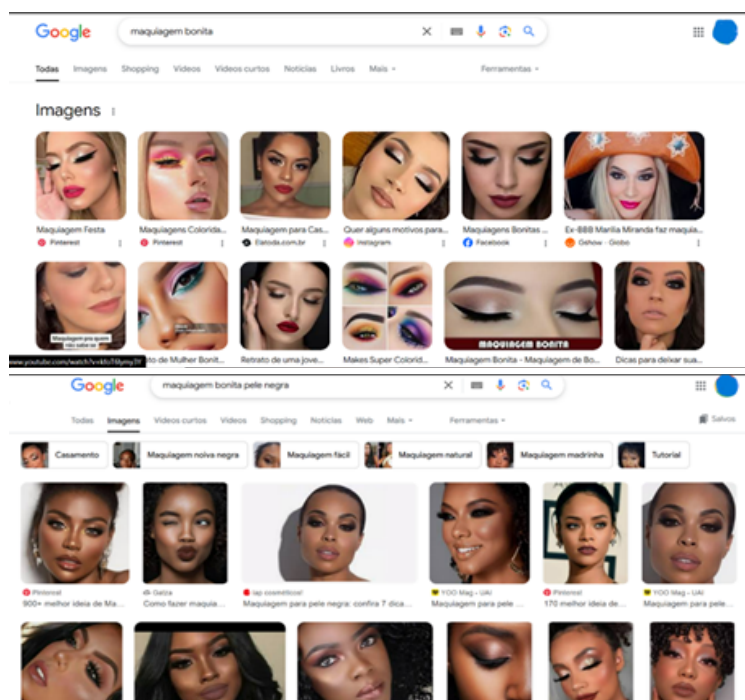
Esse resultado evidencia o que Fairclough (2001) denomina reprodução discursiva de ideologias, pois os significados associados à beleza são socialmente estabilizados por práticas semióticas que reforçam a centralidade da branquitude. No caso das imagens, essa estabilização se atualiza por meio da mediação algorítmica, que classifica e hierarquiza corpos segundo uma lógica racializada.

Com base nas reflexões desenvolvidas ao longo desta pesquisa, compreendemos que a concepção do branco como padrão — não apenas estético, mas também como condição regular de existência — é um efeito direto do pensamento colonizado, que historicamente dissociou a branquitude da noção de raça. Essa dissociação favorece a construção do branco como sujeito universal, neutro

e legítimo, enquanto corpos negros e suas expressões culturais são frequentemente percebidos como desviantes, exóticos ou antinaturais. Essa lógica simbólica está no cerne do que autores como Cida Bento (2022), Silvio Almeida (2018) e Lia Vainer Schucman (2020) identificam como estrutura racializada do poder, na qual a branquitude opera como referência normativa. É nesse contexto que se evidenciam os efeitos discursivos da antinegritude, que naturaliza o privilégio branco ao mesmo tempo em que inferioriza ou patologiza a negritude.

Durante as pesquisas por vieses racializados nessa internet afora, deparamo-nos com o vídeo “O normal não é ser branco”, que faz parte do quadro “Papo DePretas” da influenciadora Gabi Oliveira, que acumula 657 mil inscritos em seu canal no *YouTube*. Nessa produção, a produtora de conteúdo reflete como nós, brancos, fomos condicionados a pensar raça apenas no que se refere à negritude. Trata-se de uma ideia estrategicamente formulada de que a branquitude não possui raça, ou seja, ela pensa em si mesmo com um ideal absoluto, em que a diferença está no outro (sujeitos não brancos), e não neles mesmos.

Com base nessa perspectiva, a influenciadora exemplifica sua reflexão considerando o que aparece quando se pesquisa “executivos” no buscador do *Google*, ou ainda o quanto ela precisa ser específica para encontrar um tutorial de maquiagem, uma vez que os algoritmos entregam apenas resultados de produções para peles brancas, como se pode observar na imagem a seguir, sendo necessário que ela especifique “maquiagem para pele negra”, para que então possa ter algum resultado àquilo que ela, mulher negra, procura.

Figura 1 - Buscas por maquiagens bonitas no Google Imagens.

Fonte: Google Imagens.

A reflexão de Gabi Oliveira ecoa o que Sovik (2009) identifica como o apagamento simbólico da branquitude no Brasil, ou seja, uma norma implícita que estrutura a percepção racial e hierarquiza corpos e culturas.

Diante desse resultado, a influenciadora apresenta uma reflexão que é muito cara a esta discussão. Aos 1 minutos e 50 segundos, ela pondera que: “a gente está construindo novas visões sobre as coisas, a gente se vê como pessoa negra. A pessoa branca se vê como pessoa”, e conclui o vídeo com a seguinte frase “os negros não são pessoas brancas de pele escura”. Na esteira desse entendimento, O livro “Aqui Ninguém é Branco”, de Liv Sovik (2009), traz a discussão acerca da construção da identidade racial no Brasil, especialmente no que se refere à ideia de branquitude como um ideal estético e social. A autora problematiza como a branquitude, embora raramente nomeada, funciona como uma norma implícita que estrutura relações de poder e hierarquiza corpos e culturas no país.

Além disso, a estudiosa argumenta que a branquitude no Brasil não se define apenas pela cor da pele, mas por um conjunto de valores e privilégios historicamente associados aos brancos. Esse ideal se manifesta, por exemplo, na valorização de traços fenotípicos eurocêntricos e na marginalização de elementos da cultura negra, que são frequentemente apropriados ou desvalorizados,

dependendo do contexto e de quem os reivindica.

Para explicar esses fenômenos, o conceito de antinegritude surge como um ponto de partida fundamental para compreender porque tudo o que se relaciona ao negro tem sido historicamente tratado como algo alheio ao processo de constituição social. Vargas (2020) argumenta que a antinegritude constitui o princípio fundamental do racismo e de todas as suas manifestações, inclusive no âmbito discursivo. Segundo o autor, trata-se de “uma constante estrutural, um código moderno de ontologia e sociabilidade que estrutura toda a forma de interação humana” (Vargas, 2020, p. 21). Sob esse entendimento no que se refere ao ambiente digital, essa estrutura opera de modo sofisticado, pois os algoritmos reproduzem a antinegritude ao materializarem estatisticamente as hierarquias raciais e transformarem dados em políticas de visibilidade e apagamento.

Embora o conceito de antinegritude seja, de fato, robusto e factual, há um contraste que permeia essa realidade. Ainda que exista uma operação sistemática, e muitas vezes bem-sucedida, de distanciamento simbólico da negritude em relação àquilo que é considerado natural, o racismo estrutural, por outro lado, aproxima sujeitos negros daquilo que socialmente se entende como indesejável, perigoso ou insignificante. Um dos efeitos mais contundentes dessa lógica está nas acusações infundadas e recorrentes contra homens negros, injustamente associados à criminalidade. Esse processo ganha contornos ainda mais alarmantes com o uso de tecnologias algorítmicas, como os sistemas de reconhecimento facial, que reproduzem vieses raciais históricos e resultam em abordagens violentas e prisões indevidas⁴.

4 Estudos jornalísticos recentes têm evidenciado os impactos negativos do uso de tecnologias de reconhecimento facial no Brasil, destacando a forma como esses sistemas, ao operarem com base em bancos de dados enviesados, contribuem para a criminalização indevida de pessoas negras. Casos de prisões injustas, sobretudo de homens negros, apontam para a reprodução algorítmica de estigmas raciais, revelando como o racismo estrutural é atualizado digitalmente sob a forma de antinegritude tecnológica. Além disso, dados mostram que mulheres negras também são mais afetadas por falsos positivos nesses sistemas, evidenciando um recorte interseccional de gênero e raça nas falhas tecnológicas (Alma Preta, 2021; G1, 2024; UOL, 2024).

Nesse contexto, torna-se relevante enfocar as demandas que atravessam a população negra no que se refere à ética e à justiça racial, sobretudo diante da crescente adoção de tecnologias de reconhecimento facial no sistema prisional brasileiro. Embora apresentadas como ferramentas de apoio à segurança pública, tais soluções digitais têm se revelado ameaçadoras para grupos historicamente minorizados. Segundo reportagem da *Folha de São Paulo* (Barbon, 2019), 90% das pessoas presas com base nesse tipo de recurso são negras.

Em 2022, um episódio emblemático evidenciou a dimensão discursiva do racismo algorítmico, quando a imagem do ator norte-americano Michael B. Jordan, conhecido por seus papéis em *Creed* e *Pantera Negra*, foi identificada como a de um suspeito em uma lista de procurados pela polícia do, em decorrência de um sistema de reconhecimento facial. A Secretaria da Segurança Pública alegou que o procedimento constituía “apenas uma das etapas que podem levar ao indiciamento” (Da France, 2022), numa tentativa de atenuar a falha técnica.

O caso exemplifica o modo como opera a necroalgoritmização (Araújo, 2025), uma vez que a linguagem computacional, atravessada por dados racializados, reproduz o necropoder (Mbembe, 2018) ao decidir quem é visto, suspeito ou eliminável. Nesse sentido, a “falha” não é apenas técnica, mas discursiva e política, pois o algoritmo reinscreve, em código, uma ontologia antinegra que associa corpos negros à periculosidade.

A princípio, ao se deparar com uma situação como essa, envolvendo um astro internacional confundido com um criminoso, é possível que a reação inicial seja de descrença ou até mesmo de riso, como se se tratasse de uma falha caricata. Mas não é. O fato é grave. E o que se impõe como reflexão é: e se, em vez de uma figura pública mundialmente conhecida, fosse um cidadão brasileiro comum? Qual seria o desfecho? A resposta é dolorosamente previsível: provavelmente, mais um número nas estatísticas de erros dos sistemas de reconhecimento facial, como os 151 homens negros presos injustamente em decorrência dessas imprecisões.

2.1 Inquietações necessárias e seu percurso

Na obra *Algoritmos da Opressão*, Safiya Noble (2021) apresenta discussões instigantes sobre questões raciais relacionadas ao Google e seus mecanismos de busca, especialmente o de imagens. A autora relata que, em 2011, ao procurar atividades interativas para meninas adolescentes, teve uma experiência perturbadora ao inserir termos que deveriam fornecer sugestões lúdicas voltadas para

meninas negras. No entanto, os resultados exibidos continham conteúdos inapropriados, machistas e sexistas. Aturdida com essa descoberta, a pesquisadora aprofundou seus estudos sobre os vieses racistas nos algoritmos, buscando analisar tanto os significados explícitos quanto implícitos presentes nos resultados de buscas realizadas no *Google* sobre meninas e mulheres negras.

A inquietação de Safiya afetou-nos significativamente, a ponto de repetirmos as buscas que ela realizou em sua pesquisa, com o intuito de verificar se aqueles resultados haviam sido alterados. De fato, muitas das pesquisas realizadas durante o processo de doutoramento da autora apresentaram mudanças, mas isso nos levou a formular outros comandos, partindo do que pesquisamos sobre as estatísticas alarmantes que recaem sobre a população negra.

Foi nesse contexto que fomos impelidas a buscar por expressões como “mulheres ricas x mulheres pobres”, “maquiagem bonita”, “vestidos de noiva”, “mulheres elegantes” e “cabelo bonito”. A expectativa, talvez ingênua, era de encontrar diversidade racial entre os resultados. Contudo, a realidade foi outra: praticamente todas as imagens exibidas retratavam mulheres brancas. Esse apagamento visual, repetido de forma sistemática em diferentes comandos, não é apenas desconcertante, é assustador. Denuncia, em sua materialidade algorítmica, a persistência de uma estética racializada que reafirma a branquitude como padrão de beleza, *status* e desejo.

Por se tratar de “um tipo de pesquisa que investiga *um caso particular* em um contexto específico, visando acontecimentos em um ambiente natural” ((Paiva, 2019, p. 65 – grifo nosso), optamos pelo método Estudo de Caso para delimitar a duas categorias a coleta de imagens no *Google*, a saber: estética e econômica. Tal delimitação tornou-se essencial, também, devido ao espaço delimitado para as análises. Assim, de todas as buscas que realizamos, escolhemos uma agenciada pelo comando que designa contraste: “pessoas bem-sucedidas x pessoas pobres” e dos comandos únicos, apenas “mulheres com cabelos bonitos”, “mulheres lindas”.

3 Uma imagem, mil preconceitos

À luz das discussões anteriores, compreendemos que o racismo algorítmico não é um desvio técnico nem um erro isolado, mas um efeito discursivo estrutural da cultura digital. Ele se reinscreve nas linguagens que habitam a internet, codificando antigas hierarquias raciais em novas arquiteturas de poder.

Um exemplo emblemático dessa lógica ocorreu em 2015, quando os sis-

temas de reconhecimento facial do *Google* identificaram erroneamente homens negros como chimpanzés e gorilas. Em resposta, a empresa emitiu uma nota de retratação e removeu os resultados da plataforma. Ainda que a exclusão das imagens tenha buscado encerrar o episódio, o fato revela algo mais profundo, pois evidencia como as gramáticas coloniais continuam programadas nas máquinas, e, com elas, a insistente desumanização dos corpos negros.

A associação de indivíduos negros a primatas, por exemplo, permanece recorrente em diferentes contextos. Uma situação atual dessa prática está nos frequentes episódios de racismo dirigidos a jogadores negros de futebol, que são alvos de torcedores que imitam sons de macacos, arremessam bananas em campo ou gritam “macaco” em uníssono, tanto em estádios brasileiros quanto europeus.

A aversão que circunda tudo o que é relacionado ao “ser negro” e que traz materialidades para esta discussão, legitima o que prega a teoria da antinegritude, uma vez que afasta o sentido de humanização da pessoa negra, tornando-a objeto de animalização e situação anormal e degradante. Nesse contexto, podemos entender a antinegritude como um conjunto de práticas sociais que, geradas nos ambientes sociais físicos, passa a ser estendido para ambientes virtuais como as plataformas, em que máquinas regidas por moderação humana perpetuam os comportamentos racistas, como a replicação de estereótipos que inferiorizam a pessoa negra.

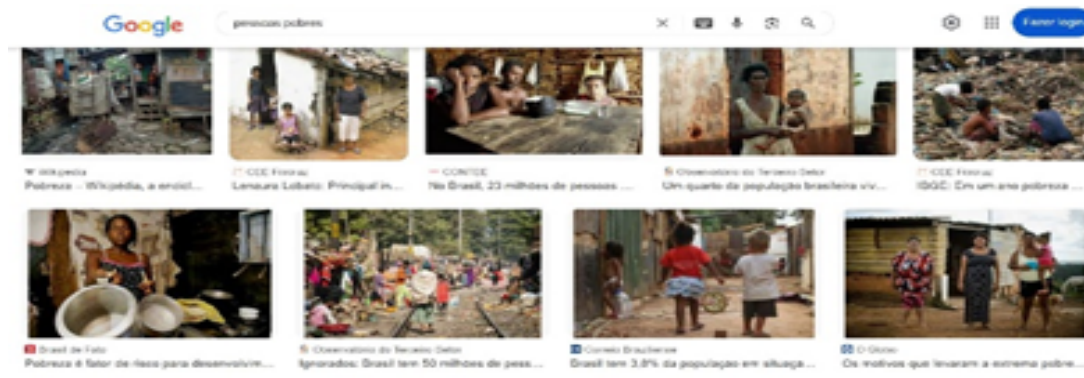
Esse mesmo padrão discursivo atravessa representações econômicas e estéticas, nas quais a cor da pele continua a definir quem é associado ao sucesso ou à marginalidade.

Figura 2 - Busca por pessoas bem-sucedidas



Fonte: *Google Imagens*.

Figura 2 - Busca por pessoas bem-sucedidas



Fonte: *Google Imagens*.

As figuras 2 e 3 trazem o contraste de dois comandos específicos. Na primeira imagem fizemos uma busca por pessoas bem-sucedidas, que mostram pessoas brancas, homens em sua maioria, vestidos formalmente e muito sorridentes, como se estivessem preparados para o sucesso. Já a figura de número 3 mostra o comando “pessoas pobres”, trazendo pessoas de pele parda e negra vivendo em extrema pobreza, não havendo pessoas brancas nesse resultado. Essa perspectiva evidencia o racismo estrutural presente na organização econômica, ao pressupor que pessoas negras não pertencem a espaços de poder historicamente reservados à branquitude.

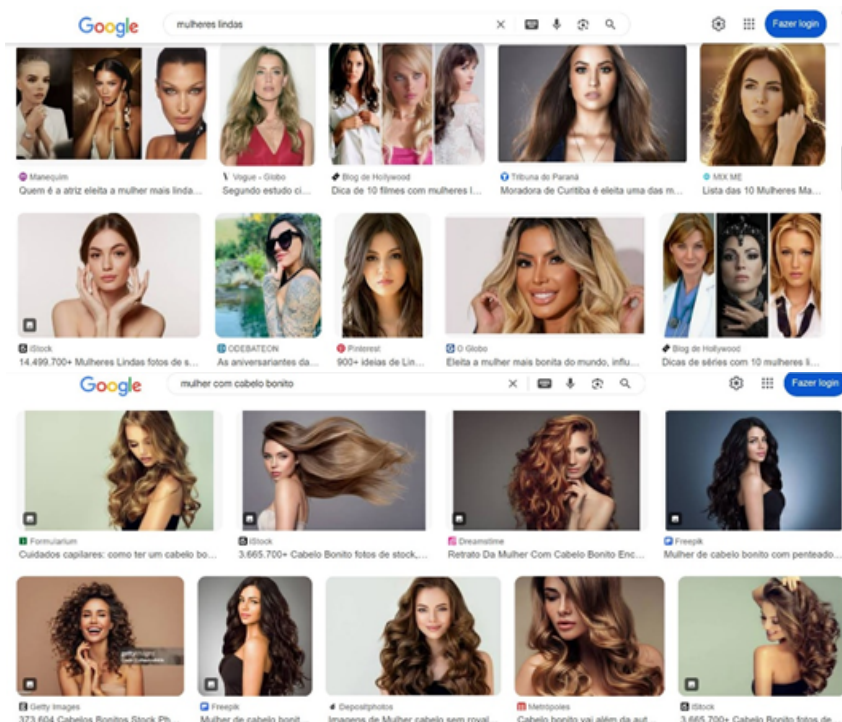
Dados como esses, posteriormente convertidos em conteúdos visíveis nas plataformas, impactam diretamente diversas esferas da vida social. Um exemplo elucidativo é o experimento realizado pela influenciadora digital Sá Ollebar, criadora do projeto “Preta Pariu”. Ao perceber que seus conteúdos não eram entregues nem obtinham o mesmo engajamento que os de influenciadoras brancas no *Instagram*, ela decidiu testar a lógica da plataforma: publicou imagens de mulheres brancas e observou, com surpresa (ou não), um aumento de 6.000% no alcance de suas postagens. O caso escancara como algoritmos operam de forma racializada, silenciando vozes negras enquanto amplificam padrões associados à branquitude.

O caso escancara como os algoritmos operam de forma racializada, reconfigurando a economia da visibilidade digital (Van Dijck; Poell; De Wall, 2018), ao silenciar vozes negras enquanto amplificam padrões associados à branquitude. Trata-se de uma forma contemporânea de governança algorítmica do olhar, em que o engajamento se torna medido por parâmetros racialmente codificados.

A figura a seguir traz a junção de dois resultados de busca do *Google Imagens*.

gens agenciados pelos comandos: “mulheres lindas” e “mulher com cabelo bonito”. Ao olhar as figuras de forma geral, é possível identificar a predominância de mulheres brancas e magras, havendo apenas uma mulher negra de pele clara e com traços finos em um conjunto de 19 fotos no total.

Figura 4 - Buscas por mulheres lindas e mulher com cabelo bonito



Fonte: Google Imagens.

Esses resultados revelam um padrão alarmante de invisibilização da negritude e reforço da branquitude como ideal estético. A predominância de mulheres brancas nesses resultados não é um acaso, mas sim um reflexo dos vieses algorítmicos que estruturam a forma como a informação é organizada e apresentada na internet. Essa lógica reproduz estereótipos racistas e sustenta uma hierarquia estética em que a branquitude é naturalizada como o padrão de beleza, enquanto a negritude é sistematicamente excluída ou marginalizada.

Essa exclusão não ocorre de maneira isolada, mas está profundamente conectada ao conceito de antinegritude, que, segundo Vargas (2020), constitui o princípio fundante do racismo e de suas manifestações estruturais. A antinegritude opera na organização social e nos sistemas de significação, de modo que tudo o que remete à negritude é tratado como anômalo, invisibilizado ou associado a valores negativos. No caso dos bancos de imagens do *Google*, a ausência

de mulheres negras nos resultados de busca para padrões de beleza, reforça a ideia de que a estética negra é secundária ou indesejável, enquanto a beleza branca é universalizada, celebrada e tomada como natural.

Essa correlação entre branquitude e sofisticação tem raízes na estrutura colonial e patriarcal, que construiu a figura da mulher branca como o ideal de feminilidade, dócil, recatada, elegante e socialmente valorizada. Em contrapartida, as mulheres negras foram historicamente associadas a imagens hipersexualizadas, agressivas ou servis. Esse contraste pode ser observado na personagem Xica da Silva⁵, frequentemente retratada como uma mulher manipuladora, vulgar e cruel, reforçando o imaginário coletivo que opõe a suposta docilidade das mulheres brancas à força “exagerada” e à falta de refinamento das mulheres negras.

Essas representações funcionam como textos culturais reatualizados (Fairclough, 2001), que estabilizam sentidos sobre gênero e raça. Quando ressignificados por algoritmos, tornam-se discursos tecnoculturais que reinscrevem a mulher negra na posição de alteridade e subalternidade.

Como observa Pacheco (2013), a solidão afetiva da mulher negra não é um fenômeno individual, mas o resultado de um processo histórico de negação da humanidade e do afeto, que atravessa os discursos e se atualiza nas práticas sociais e midiáticas. Ao perpetuar a exclusão da mulher negra de espaços que a vinculam à afetividade e ao reconhecimento social positivo, a tecnologia não apenas reflete, mas amplifica desigualdades já existentes, reproduzindo o ciclo discursivo da solidão e da desumanização.

Em continuidade a essa análise algorítmica, é pertinente ressaltar que na efervescência da popularização da Inteligência Artificial e seus criadores de imagem, no ano de 2023 muitos sites publicaram a seguinte manchete: “O homem e a mulher perfeitos segundo a Inteligência Artificial”. Os resultados gerados pela inteligência artificial ao definir o “homem perfeito” e a “mulher perfeita” como pessoas exclusivamente brancas e magras reforçaram os estereótipos raciais citados anteriormente. Esse fenômeno está diretamente ligado ao conceito de antinegritude, pois evidencia, mais uma vez, como a branquitude continua sendo o referencial hegemônico de beleza, deixando corpos negros à margem das representações positivas.

Esses resultados não refletem neutralidade técnica, mas o funcionamento

5 "Xica da Silva" é um filme lançado em 1976, protagonizado por Zezé Motta. Em 1996, a história foi adaptada para uma novela produzida pela TV Manchete, com Taís Araújo no papel principal.

daquilo que Araújo (2025) define como discurso socioalgorítmico, em que dados e código se entrelaçam à ideologia racial. Assim, o que parece uma mera seleção automatizada é, na verdade, uma produção discursiva de normatividade branca.

Além disso, essa configuração algorítmica não é neutra, mas um reflexo do racismo estrutural que permeia a coleta e o processamento de dados, pois os bancos de imagens, muitas vezes, já carregam um viés que privilegia determinadas características fenotípicas e exclui outras. Ao reforçar esse modelo estético como ideal, a IA contribui para a desvalorização da negritude, associando o que é belo, desejável e aceitável socialmente somente à branquitude.

No ano de 2025, é possível ver que essa problemática se perpetua, pois, ao realizar novamente uma busca sobre esse assunto, o buscador mostrou apenas corpos brancos como ideal de beleza estética segundo a Inteligência Artificial, ou seja, para que se tenha uma representação negra é necessário especificar o termo a fim de que o algoritmo entenda que precisa entregar uma configuração diferente do que está condicionado a fazer.

Diante disso, entendemos que para a sociedade que tem a branquitude como ideal imagético em situações positivas, os algoritmos geram dados estruturais do racismo engendrados por meio da antinegritude. Partindo desse pressuposto:

A branquitude é entendida aqui como uma construção sócio-histórica produzida pela ideia falaciosa de superioridade racial branca, e que resulta, nas sociedades estruturadas pelo racismo, em uma posição em que os sujeitos identificados como brancos adquirem privilégios simbólicos e materiais em relação aos não brancos (Schucman, 2014, p. 7).

Embora o racismo seja estrutural e por mais vitórias que os movimentos negros já tenham conseguido alcançar, ainda há um longo caminho a ser percorrido. As redes sociais têm sido um lugar de debates contundentes que propõem reflexões acerca dessas temáticas em esferas antes inimagináveis. Acerca disso, destacamos a discussão sobre padrões estéticos racializados, exemplificada pela *trend*⁶ “é bonito ou só é branco” no *TikTok*. A questão central mobilizada é a cons-

6 O termo “Trend” vem do inglês e significa “tendência”. No universo digital, refere-se a conteúdos que ganham grande repercussão rapidamente, podendo surgir de: Um tema específico ou pauta do momento; Filmes, novelas e séries populares; Músicas e áudios virais; Vídeos engraçados e memes; Notícias e acontecimentos de grande impacto. Atualmente, o TikTok é a principal plataforma de origem das trends, especialmente entre a Geração Z, que dita grande parte dos conteúdos virais. (Agência ECCO, 2023).

trução social da beleza e como ela está intrinsecamente ligada à branquitude como referência normativa. Essa reflexão se alinha às análises de Lia Vainer Shucman (2020) em *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo*, em que a autora investiga a branquitude como um lugar de privilégio, muitas vezes invisibilizado, mas determinante na valorização de certas características físicas em detrimento de outras.

No caso da *trend*, produtores de conteúdo expõem como a brancura, mais do que atributos faciais específicos, pode ser um fator determinante na atribuição da beleza, revelando um processo de naturalização do eurocentrismo estético. Essa crítica desestabiliza a ideia de há um padrão de beleza universal, evidenciando que ele é, na verdade, um constructo social fundamentado na hierarquização racial.

Essa reflexão dialoga com a ADC (Brock Jr., 2020), ao evidenciar que os algoritmos não apenas refletem valores sociais, mas produzem significados performativos sobre o que é belo, aceitável e humano. No *TikTok*, o “é bonito ou só é branco” funciona como um ato discursivo de resistência, um contra-discurso que desestabiliza a lógica antinegra inscrita no código

Em síntese, os resultados das análises realizadas revelam como o racismo estrutural se manifesta na tecnologia e nos algoritmos, sustentando a desigualdade racial nos meios digitais. O que é considerado belo e normal continua sendo delimitado por uma lógica que centraliza a branquitude, enquanto a negritude é deslocada para a margem. Trata-se, portanto, de uma semiose algorítmica da antinegritude, em que o discurso digital reitera, em código, o imaginário colonial.

Considerações bem longe do fim

Este estudo buscou compreender como os algoritmos de busca operam discursivamente na produção de padrões estéticos racializados, evidenciando que os sistemas digitais não apenas refletem, mas enunciam e reiteram sentidos sociais. A partir da análise das materialidades discursivas do Google Imagens e de sistemas de inteligência artificial, foi possível observar que a branquitude continua sendo o eixo normativo do visível, ao passo que a negritude permanece na zona do apagamento e da distorção semiótica. Assim, o que aparenta ser mera operação técnica revela-se uma forma de discurso socioalgorítmico (Araújo, 2025), em que a linguagem do código é atravessada por ideologias que definem o que pode e quem pode ser visto.

O apagamento sistemático de mulheres negras, por exemplo, em pesqui-

sas relacionadas à beleza e delicadeza, evidencia a performatividade discursiva da antinegitude, uma vez que o algoritmo não só reproduz, mas atua na sustentação de uma economia simbólica que hierarquiza corpos e saberes. Trata-se do processo de necroalgoritmização (Araújo, 2025), em que o código participa da manutenção de estruturas coloniais, ao inscrever a diferença racial em regimes de visibilidade e valor. Dessa forma, a tecnologia torna-se ato discursivo e político, capaz de reforçar exclusões históricas sob o disfarce da neutralidade técnica.

Essas discussões permanecem abertas e urgentes. Diante do avanço da inteligência artificial e da presença ubíqua dos algoritmos, é imperativo revisar criticamente os regimes discursivos de curadoria, filtragem e indexação que estruturam a experiência digital. O desafio não está apenas em apontar os mecanismos de opressão, mas em reprogramar as epistemologias que os sustentam, substituindo a lógica da exclusão por práticas de visibilização e justiça representacional.

É nesse horizonte que a Linguística Aplicada, aliada à Análise Crítica Tecnocultural do Discurso (Brock Jr., 2020), se afirma como campo político e ético de investigação. Ao compreender a linguagem, seja verbal, visual ou algorítmica, como prática social situada, ela possibilita tensionar as fronteiras entre o humano e o técnico, o simbólico e o material, o dito e o programado. Pensar o digital criticamente é, portanto, pensar o discurso como tecnologia de poder, e a análise como espaço de resistência.

Enquanto a branquitude seguir funcionando como norma silenciosa que determina quem é visto, desejado e validado, a luta por visibilidade negra continuará sendo uma urgência epistemológica e moral. Não se trata apenas de corrigir sistemas de busca ou ajustar bancos de dados, mas de reinscrever a humanidade nos códigos, reprogramar o olhar para que o outro não seja mais o “outro”, e sim parte do mesmo mundo de dignidade. A Linguística Aplicada, ao reconhecer que toda linguagem é situada, política e performativa, nos convoca a transformar o digital em território de reexistência, onde a presença negra não seja exceção, mas fundamento.

Referências

ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2018.

ALMA PRETA. Reconhecimento facial e a insegurança das pessoas negras. **Alma Preta**, 17 mar. 2021. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/reconhecimento-facial-e-a-inse->

guranca-das-pessoas-negras/. Acesso em: 2 maio 2025.

ARAÚJO, J. Necroalgoritmização e desafios discursivos do nosso tempo. In live:

IV Ciclo de Diálogos do Ellae - Segunda Mesa, 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=v-Oa5HE_LNU&t=3349s. Acesso em: 09 nov. 2025.

BARBON, J. 151 pessoas foram presas por reconhecimento facial no país; 90% são negras. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/11/151-pessoas-sao-presas-por-reconhecimento-facial-no-pais-90-sao-negras.shtml>. Acesso em 15, jul, 2022.

BARTON; D. LEE; C. **Linguagem Online**: textos e práticas digitais. Tradução de Milton Camargo Mota, 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BENTO C. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras; 2022.

BROCK JR., A. **Distributed Blackness**: African American Cybercultures. New York: NYU Press, 2020.

CHIAVENATO, I. **Introdução à Teoria Geral da Administração**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

COUTINHO, M. **Essa pessoa é bonita ou apenas é branca**. [@theuscoutinho]. 23 jan. 2021. (TikTok). Disponível em: <https://www.tiktok.com/@theuscoutinho/video/6920959881881160966>. Acesso em: 25 fev. 2025. #brancos.

DA FRANCE, P. G1: Tecnologia e Games. **Google pede desculpas por app de foto confundir negros com gorilas**. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/1UdbQmA>. Acesso em: 18 de fev. 2025.

D'ANDRÉA, C. F. de B. **Pesquisando plataformas online**: Conceitos e métodos. Edufba, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/32043>.

FAIRCLOUGH, N. Abordagens da análise do discurso. In: FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universitária de Brasília, 2001.

FERNANDES, R. Google Imagens: sete coisas que você não sabia sobre a busca de fotos. In: **Techtudo**. Fev. 2020. Disponível em: <https://www.techtudo.com.br/listas/2020/02/google-imagens-sete-coisas-que-voce-nao-sabe-sobre-a-pesquisa-de-fotos.ghtml>. Acesso em: 13 dez. 2023.

G1. Exclusivo: 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros. In: **G1**, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>. Acesso em 17, Jul, 2022.

G1, Foto de astro do cinema Michael B. Jordan aparece em lista de procurados pela polícia do Ceará. In: **G1**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2022/01/07/astro-do-cinema-michael-b-jordan-aparece-em-lista-de-procurados-pela-policia-do-ceara.ghtml>. Acesso em 17, Jul de 2022.

GÓIS, V. **Como um algoritmo pode ser racista?** Youtube, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iyCHkSGR5o4>. Acesso em: 18/02/2025.

KNUTH, D. E. **The Art of Computer Programming**: Volume 1: Fundamental Algorithms. Addison-Wesley Professional, 1968.

MARQUES, I. "O que o google mostra quando você pesquisa por cabelo feio?" In: **Dicas de Mu-**

Iher, 2023. Disponível em: <https://www.dicasdemulher.com.br/noticias/o-que-o-google-mostra-quando-voce-pesquisa-por-cabelo-feio/>. Acesso em: 24 de fev. 2025.

MAYER-SCHOENBERGER, V.; CUKIER, K. **Big Data**: a revolution that will transform how we live, work, and think. Londres: John Murray, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. Tradução de Renata Santini. São Paulo: n-1 Edições, 2018.

MOITA LOPES, L. P. **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

NOBLE, S. U. **Algoritmos da opressão**: Como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: São Paulo: Rua do Sabão, 2021.

OLIVEIRA, G. **O normal não é ser branco**. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=sD-GHOMd8HXE&list=LL&index=12>. Acesso em: 18 de fev. 2025.

OLIVEIRA, A. **Bonito ou branco?** [@andrey_c6]. 15 dez. 2024. (TikTok). Disponível em: https://www.tiktok.com/@andrey_c6/video/7426107632131394821. Acesso em: 25 fev. 2025.

OSOBA, O.; WELSER IV, W. **Algorithms and Civil Rights**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2017. Disponível em: https://www.rand.org/pubs/research_reports/RR1744.html. Acesso em: 13 nov. 2025.

PACHECO, A. C. L. **Mulher negra**: afetividade e solidão. Salvador: EDUFBA, 2013.

REDE GLOBO. **Exclusivo**: 83% dos presos injustamente por reconhecimento fotográfico no Brasil são negros. Fantástico, 21 fev. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>. Acesso em: 2 maio 2025.

RIEDER, B. **Examinando uma técnica algorítmica**: o classificador de bayes como uma leitura interessada da realidade. Parágrafo, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 123-142, 2018. Disponível em: <https://revistaseletronicas.fiamfaam.br/index.php/recicofi/article/view/726>. Acesso em: 12 nov. 2025.

SILVA, T. Racismo Algorítmico em Plataformas Digitais: microagressões e discriminação em código. In: SILVA, T. **Comunidades, algoritmos e ativismos digitais**: olhares afrodiaspóricos. São Paulo, 2020.

SOVIK, L. Aqui ninguém é branco: hegemonia branca no Brasil. In: WARE, V. (org.) **Branquidade**: identidade branca e multiculturalismo. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. p. 363-386.

SOVIK, L. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SCHUCMAN, L. V. Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulistana. **Psicologia & Sociedade** [online]. 2014, v. 26, n. 1 p. 83-94. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100010>. Acesso em: 20 fev. 25.

SCHUCMAN, L. V. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. São Paulo: Veneta, 2020.

TEIXEIRA, R. F. da S. **Introdução a Algoritmos**. Secretaria de Tecnologia Educacional. Universidade Federal de Mato Grosso, 2019. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431963/2/FASCICULO_Introducao_Algoritmos.pdf. Acesso em: dez. 2023.

UOL. Reconhecimento facial erra e falta transparência. **UOL Notícias**, 28 abr. 2024. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2024/04/28/reconhecimento-facial-er->

ros-falta-de-transparencia.htm. Acesso em: 2 maio 2025.

VAN DIJCK, J. Confiemos nos dados? As implicações da datificação para o monitoramento social. **Matrizes**, v. 11, n. 1, p. 39-59, 2017. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/1430/143050607004.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2025.

VAN DIJCK, J.; POELL, T.; DE WAAL, M. **The Platform Society**: public values in a connective world. New York: Oxford University Press, 2018.

VARGAS, J. Racismo não dá conta: antinegritude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade. **Revista Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, v. 18, n. 45, p. 16-26, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/47201>. Acesso em: 12 nov. 2025.

Sobre as autoras

Sanny Kellen Anjos de Souza - Doutoranda em Linguística pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Cáceres – MT. E-mail: sanny.canuto@unemat.br. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8208519652675819>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0003-2901-8442>.

Bárbara Cristina Gallardo - Doutora em Linguística Aplicada pelo Instituto de Estudos da Linguagem/ (IEL/UNICAMP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT); Cáceres – MT. E-mail: barbarag@unemat.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6099462799542769>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0001-8055-0990>.